



CRIME ORGANIZADO

Deolane diz ter sido presa por advogar

Na audiência de custódia, advogada e influenciadora afirma que está detida por defender um cliente que fez um depósito em sua conta. Ela é suspeita de integrar esquema de lavagem de dinheiro do PCC

» FABIO GRECCHI
» GABRIEL BOTELHO

Reprodução/Ministério Público de São Paulo

Advogada e influenciadora digital Deolane Bezerra afirmou, ontem, na audiência de custódia que foi presa no “exercício da profissão”. Ela tinha feito relato semelhante ao ser detida na mansão onde mora, em Barueri, na Grande São Paulo, pela acusação de lavar dinheiro para o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Na audiência virtual, em que a Justiça manteve a prisão preventiva, Deolane afirmou que advogava para um cliente e, pelo serviço, assegurou ter recebido R\$ 24 mil de honorários. “Fui presa no exercício da profissão. Na época dos fatos, eu advogava. É um processo de um ano bem antigo, 2019, 2020. E eu quero deixar bem claro: mesmo sabendo que aqui não se trata de mérito, mas que eu fui presa por estar advogando por uma quantia de R\$ 24 mil, depositada em minha conta por um cliente que consta no próprio relatório da polícia”, afirmou.

Na audiência, Josimary Rocha, advogada de Deolane, solicitou que a prisão da cliente fosse convertida em domiciliar, devido à idade da filha mais nova da influenciadora, de nove anos. A defesa argumentou, ainda, que a investigação não envolve crimes com violência ou grave ameaça e, por isso, a prisão preventiva seria “exacerbada”.

O pedido da advogada de Deolane tem como base entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2018, no julgamento de um habeas corpus coletivo que determinou a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar para mulheres grávidas ou mães de crianças de até 12 anos em casos sem violência ou grave ameaça.

Transferência

Deolane, porém, foi transferida, ontem, para a Penitenciária Feminina de Tupi Paulista, no interior do estado de São Paulo. Inicialmente, ela estava na Penitenciária Feminina de Santana, na Zona Norte da capital paulista.

A influenciadora não tem colaborado com as investigações, segundo



Na audiência de custódia, Deolane negou participação no esquema de lavagem. Ostentação nas redes chamou a atenção das autoridades



Fui presa no exercício da profissão. Fui presa por estar advogando por uma quantia de R\$ 24 mil, depositada em minha conta por um cliente que consta no próprio relatório da polícia”

Deolane Bezerra a audiência de custódia

os policiais que atuam na Operação Vénix — que investigam a conexão entre Deolane e o PCC. Isso porque ela se recusou a fornecer as senhas dos dois celulares apreendidos durante buscas em sua residência. A recusa pode prejudicar a defesa da advogada no inquérito.

O delegado Edmar Rogério Dias Caparroz, da Delegacia Seccional de Presidente Venceslau, informou que a recusa da influenciadora em ceder as senhas dos celulares não impedirá a Polícia Civil de chegar a dados e diálogos que interessam ao inquérito. Os investigadores detêm técnica para extração de informações arquivadas nos aparelhos.

Deolane foi presa na quinta-feira numa operação conduzida

Instagram pessoal



pelo Ministério Público de São Paulo (MP-SP) e pela Polícia Civil. Segundo os investigadores, a influenciadora teria participação na movimentação de recursos atribuídos à facção e é apontada como integrante da estrutura financeira do grupo.

As apurações indicam que empresas de fachada e contas bancárias ligadas a Deolane teriam sido usadas para ocultar e movimentar dinheiro do PCC. O MP-SP afirma que o esquema envolvia uma transportadora suspeita de atuar no fluxo financeiro da facção.

CPI das Bets

Ela havia sido alvo de outra investigação policial em 2024,

quando foi presa em uma operação da polícia pernambucana que investigava suspeitas de lavagem de dinheiro e exploração de jogos ilegais ligados a plataformas de apostas. Na ocasião, ela chegou a cumprir prisão domiciliar, mas retornou ao regime fechado após descumprir medidas impostas pela Justiça.

Deolane foi indiciada pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou as apostas eletrônicas — a CPI das Bets — com mais 15 pessoas, pela relatora, senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS). Ela tinha sido convocada a prestar depoimento, mas obteve um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF).

SOCIEDADE

Mercosul: Brasil propõe pacto contra feminicídio

» NATHALLIE LOPES

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, propôs a criação de um pacto regional contra o feminicídio no Mercosul. A sugestão foi apresentada, ontem, na XXVI Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul (RMAAM), em Assunção, no Paraguai, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo a ministra, a iniciativa será inspirada no modelo brasileiro de articulação entre os Três Poderes e prevê cooperação entre os países do bloco para fortalecer políticas de prevenção da violência, proteção às mulheres e acesso à Justiça. “Há uma possibilidade grande de que nós tenhamos um pacto do Mercosul contra o feminicídio. É um compromisso político entre todos os Estados-partes e associados do Mercosul para atuar de forma coordenada e cooperativa, respeitadas suas soberanias, competências e marcos jurídicos nacionais, para enfrentar o feminicídio como prioridade regional”, salientou a ministra. São membros plenos do Mercosul a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia.

O Uruguai apoiou a proposta e adiantou que dará continuidade às discussões durante sua presidência temporária do bloco. Já a Argentina afirmou que ainda fará consultas internas sobre o tema.

Na reunião, o Brasil também apresentou medidas voltadas ao combate à violência digital contra mulheres e ações recentes anunciadas pelo governo federal para regulamentação das plataformas digitais. Além disso, em encontro bilateral com a ministra da Mulher do Paraguai, Alicia Pomata, o governo brasileiro apresentou resultados do Pacto Brasil contra o Feminicídio, como mais de 6,3 mil prisões de agressores e a redução do prazo para análise de medidas preventivas.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Márcia Lopes: experiência brasileira replicada no bloco

» 534 celulares apreendidos

A 11ª fase da Operação Mute apreendeu 534 aparelhos celulares ilegais em 49 prisões, em 23 unidades da Federação. Realizada pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a incursão aconteceu entre 18 e 21 de maio, mobilizou 2.854 policiais e 2.611 celas passaram por revistas. A Mute é parte do Programa Brasil contra o Crime Organizado e ataca as comunicações ilícitas no interior dos presídios, a fim de reduzir a atuação de organizações criminosas dentro e fora da cadeia. Após a 11ª fase da operação, os números reunidos desde 2023 somam 8,5 mil aparelhos celulares apreendidos; 41.457 policiais na linha de frente; 680 estabelecimentos prisionais escrutinados e 40.214 celas revistas. Segundo o secretário-executivo do Ministério, Ademar Borges, o Programa Brasil contra o Crime Organizado vai ampliar operações como a Mute.

Júri de “Escobar brasileiro” volta em setembro

A Justiça da Bélgica emitiu, ontem, a sentença interlocutória do julgamento de Sergio Roberto de Carvalho, conhecido como “Pablo Escobar brasileiro”, segundo a imprensa belga. A sentença interlocutória é uma decisão tomada no meio do processo, antes da sentença final.

Ontem, o tribunal respondeu a pedidos preliminares das defesas dos réus, discutidos em audiências em março e abril. A decisão final só deve ser anunciada após a conclusão do julgamento, que teve início em 2024 e será retomado em 7 de setembro.

Junto com o belga Flor Bressers, Sergio Roberto é apontado como um dos chefes de uma organização criminosa que envia drogas de portos do Brasil para a Europa. O grupo teria movimentado ao menos 45 toneladas de drogas, com lucro de 500 milhões de euros (cerca de R\$ 2,9 bilhões).

Sergio Roberto foi detido na Hungria em junho de 2022, em uma ação conjunta da Polícia Federal (PF), da Organização

Internacional de Polícia Criminal (Interpol) e da Polícia Judiciária de Portugal. Um ano depois, foi extraditado à Bélgica.

No Brasil, Sergio Roberto era conhecido como Major Carvalho, por ter ocupado esse posto na Polícia Militar do Mato Grosso do Sul. Foi expulso da corporação em 2018, após a Justiça Federal condená-lo por tráfico.

Em 1998, ele já havia sido condenado a 15 anos de prisão por transportar 237kg de cocaína. Em 2019, em novo julgamento, também foi punido com mais 15 anos de cadeia por ter usado laranjas para movimentar R\$ 60 milhões entre 2002 e 2007.

Na Espanha, Sergio Roberto vivia sob o nome de Paul Wouter e se apresentava como um rico cidadão do Suriname que morava em uma luxuosa mansão de dois milhões de euros, em Marbella. Foi quando ele simulou a própria morte por covid-19. A polícia, porém, suspeitou que fosse uma trama ao descobrir que a certidão de óbito era assinada por um esteticista.

Reprodução de vídeo



Sergio Roberto foi detido na Espanha, onde vivia como Paul Wouter

» CFM cria regras para o fenol

O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou uma resolução que autoriza e prevê regras para a utilização do fenol com fins terapêuticos, estéticos e cirúrgicos. O CFM se choca com a proibição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária imposta em junho de 2024 — quando a Anvisa reagiu à morte de um homem de 27 anos que fez um procedimento estético no rosto, o “peeling de fenol”, em uma clínica de São Paulo. O procedimento, considerado agressivo, é utilizado para rejuvenescer a pele e eliminar rugas, mas o fenol pode ser tóxico para o coração e os rins. O CFM, porém, afirma que as regras são rígidas para garantir a segurança do paciente. “(O fenol) é uma arma terapêutica importante e deve ser usado com responsabilidade, seguindo todos os protocolos de segurança”, afirma uma das relatoras da resolução, a conselheira Yáscara Lages.